



Anais da Assembléia

Nº 124

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE AGOSTO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT — 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB — 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB — 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB — 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB — 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL — 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT — 05; Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 75ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1996

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Alqaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Selene, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edro Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocélito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Passuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmia da Silva, Sérgio Spada, Toti Colação, Valdir Rossini e Walmor Trentini (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Edgar Bueno (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 377/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor Adolpho de Oliveira Franco.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.08.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O grande paranaense que desejamos homenagear com o Título de Cidadão Benemérito do Estado, nasceu no dia 12 de novembro de 1915, em Ponta Grossa, filho de João de Oliveira Franco e Hilda Faro de Oliveira Franco. É casado com a Senhora Rosa Macedo Oliveira Franco, de cuja união nasceram cinco filhos.

Foi com grande brilhantismo que exerceu inúmeras atividades em benefício do Estado do Paraná. O exercício da advocacia incutiu no Doutor Adolpho de Oliveira Franco a vontade de trabalhar em prol da comunidade paranaense, defendendo com galhardia as suas causas mais justas.

Como empresário foi Diretor do Banco Comercial do Paraná, Diretor das Companhias de Seguro Nova América Companhia de Seguro e Companhia Comercial de Seguros Gerais e membro de várias associações de classe.

Seu conceito como profissional atuante e moral ilibada, o levou a vice-Presidência da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná e posteriormente a Presidência da Ordem por dois mandatos.

Ocupou o cargo mais importante que um homem público pode almejar no Estado do Paraná: o de Governador do Estado, em 1955, completando o Governo Bento Munhoz da Rocha Neto, quando o Presidente Café Filho convocou o então governador para assumir a Pasta da Agricultura.

Durante o período, menos de 10 meses, em que esteve a frente do Executivo paranaense tomou várias iniciativas meritórias, com o competente respaldo da Assembléia Legislativa, que teriam depois o maior alcance.

Uma delas foi que se chamaria Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná, cuja sigla PLADEP, logo se tornou conhecida nos círculos especializados dentro e fora do Estado.

Devido ao excelente trabalho na Chefia do Poder Executivo, o Doutor Adolpho de Oliveira Franco foi eleito Senador da República, onde, novamente, destacou-se em seus empreendimentos em defesa do Estado do Paraná.

Isto posto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição que homenageará, com justiça, uma das figuras mais ilustres do nosso Estado.

PROJETO DE LEI N° 378/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no âmbito do Instituto de

Previdência do Estado (IPE), o Hospital do Servidor Público.

Parágrafo Único - O Hospital do Servidor Público, poderá ser instalado na Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2º - O Hospital do Servidor Público destina-se a atender os servidores públicos estaduais bem como seus dependentes, e, mediante convênio, os servidores de outras esferas do Poder Público lotados na sua área de abrangência.

Art. 3º - Para a execução desta lei o Executivo alocará recursos próprios de seus programas de ação social e diligenciará a obtenção de repasse de natureza semelhante do Governo Federal.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.08.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Diversos outros Estados da Federação, entre eles São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e o Estado de Santa Catarina possuem institutos hospitalares especializados no atendimento ao seu corpo de servidores públicos, os quais se tornaram centros modelares de exercício da arte da Medicina, além de assegurarem alto padrão de atendimento aos servidores a que se destinam.

Abrir um hospital onde o funcionalismo público encontre socorro e alívio para as suas dores, se me afigura uma realização de tal monta que não há de ser com frases encomiásticas que havemos de louvar aqueles de outros Estados que com tanto desvelo conseguiram levar a cabo tão meritório empreendimento. Seus nomes, temos certeza, estão gravados no coração dos serventuários daqueles Estados, com o estilete da gratidão imorredora.

Abençoados sejam aqueles que para mitigar a dor alheia souberam sacrificar algo de seu. Deus lhes há de levar à conta tão nobre ação.

O Paraná carece de solução para este problema, como recentemente se observou, suprimindo apenas uma precária cobertura ao seu corpo de servidores mediante o regime de atendimento comencionado por outros hospitais da rede pública ou particulares. Levantaram-se por várias ocasiões sugestões para estabelecimento de um Hospital do Servidor Público no Paraná, que esbararam porém, na indiferença de alguns ou na má vontade de setores que não se dispunham a cumprir a velha máxima que continua ainda mais atual, segundo a qual "a Saúde Pública deve ser a suprema lei".

A categoria dos servidores públicos

estaduais ultrapassa, com seus dependentes, uma população de mais de meio milhão de almas, que acrescida dos servidores federais em exercício no Paraná e mais, os servidores municipais do território do Paraná, chega com facilidade à casa de oitocentas mil pessoas. Tão vasta representação de nossa gente está a merecer atenção mais concentrada da autoridade quanto ao atendimento hospitalar.

Ademais, as fontes de recursos para implantação e operação dessa Unidade Hospitalar estão desde logo disponíveis, por força das contribuições legais que os servidores e o empregador (no caso o Estado do Paraná) fazem ao Instituto de Previdência do Estado. Essa entidade pública inclusive, se beneficia atualmente, de uma gestão de alto nível de eficácia, conduzida que vem sendo conforme critérios empresariais apregoados, o que por certo deve ter preservado fortemente sua capacidade de investir, Curitiba, como de resto, todo o Estado do Paraná, clamam por falta de leito hospitalar.

Tais fundamentos justificam a amplitude do projeto em tela, ademais do que ele é autorizatório para a autoridade executiva, nos termos da Carta Política vigente.

Somamos 54 Senhores Deputados nesta Casa de Leis, que unidos, posteriormente, sob a orientação segura do Excelentíssimo Senhor Governador Doutor Jaime Lerner e sua equipe de trabalho, com amor e persistência não irão dispersar. Estamos lançando a semente que irá conduzir desde a ideia inicial até sua efetiva conclusão.

É assim que vamos tornar realidade um Hospital para Servidor Público do Paraná, para orgulho daqueles que sonham dos que sonharam e daqueles que irão receber esta realidade num futuro muito próximo.

PROJETO DE LEI Nº 379/96

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a ASPIC - Associação Social da Paróquia Imaculada Conceição, em Ponta Grossa-PR, com sede e foro neste Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.08.96.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A ASPIC - Associação Social da Paróquia Imaculada Conceição, desde a sua fundação tem desenvolvido várias atividades voltadas à assistência social, com o objetivo de auxiliar a população carente,

através de ações tais como: distribuição de cestas básicas, encaminhamentos hospitalares, auxílio financeiro a necessitados, realização de cursos e palestras com temas que objetivam a promoção humana possibilitando a reintegração gradativa à sociedade da população atendida.

Em função do elevado caráter social das atividades realizadas pela ASPIC - Associação Social da Paróquia Imaculada Conceição, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis o seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI N° 380/96

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Universidade Federal do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.08.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Federal do Paraná, com sede em Curitiba, Capital do Estado do Paraná, foi fundada em 19 de dezembro de 1912, é uma autarquia de regime especial com autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, mantida pela União Federal nos termos da Lei n° 1.254, de 04 de dezembro de 1950.

Ao longo dos anos vem atuando significativamente junto a comunidade paranaense, sendo reconhecida em todo o País em virtude do elevado nível de ensino ofertado e pela realização de estudos e pesquisas no campo científico, dignificando e enaltecendo o nome do nosso Estado.

Portanto, é meritório ser declarada de Utilidade Pública, para que possa fruir das prerrogativas decorrentes de lei e aperfeiçoar ainda mais, suas atribuições sociais em benefício da sociedade do Estado do Paraná.

Sendo assim, contamos com o apoio dos Nobres Pares ao Projeto de Lei que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI N° 381/96

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a conceder a abertura de crédito especial às empresas paranaenses, para o recolhimento do saldo devedor declarado na GIAR - ICMS, dentro do prazo regulamentar de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 2° - O Poder Executivo regulamen-

tará a presente lei, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.08.96.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Embora o Brasil viva atualmente com uma moeda forte, o Real; e os índices inflacionários sejam quase nulos, a crise que assola o comércio, a indústria e a agropecuária é inegável e vem provocando o desemprego, a descapitalização das empresas, a diluição de estoques, a diminuição do capital de giro e o empobrecimento dos setores produtivos.

A nossa proposta visa a abertura de crédito especial às empresas paranaenses para o recolhimento do saldo devedor declarado na GIAR ICMS - guia de informação e apuração do ICMS -, prevista no artigo 56, § 4°, da Lei n° 8.933/89, hoje regulamentada pelos artigos 247 a 250 do Decreto n° 1.511/94. Tal documento versa sobre a obrigatoriedade da apuração do saldo devedor, de acordo com a inscrição no CAD-ICMS; entre os dias 11 a 15 do mês subsequente. O saldo devedor apurado quando não recebido no prazo previsto, sujeita-se a multas que variam de 1% a 30% do valor do imposto a recolher, conforme os dias já expirados do prazo do pagamento. As multas exigidas são bem superiores aos juros cobrados pelas instituições financeiras.

A abertura de linha de crédito especial às empresas paranaenses diminuiria sensivelmente a inadimplência quanto ao saldo devedor; assim como, diminuiria a fluidez de parcelamentos, na maioria não cumpridos. Outrossim, evitaria a diluição dos estoques das empresas, possibilitando a manutenção de capital de giro das mesmas e ao mesmo tempo, propiciando a conservação e criação de empregos dentro da realidade presente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei, em n° de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legisla-

tiva.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 286/96 de autoria do Deputado Antonio Belinati que declara de Utilidade Pública o COMUNORTE - Conselho Comunitário de Moradores da Região Norte de Londrina com sede e foro na Comarca de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Requerimento chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Esta Mesa defere e fará a verificação de votação com a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Nelson Garcia) - (Procede a Chamada Nominal dos Senhores Deputados)

O SR. 1° SECRETÁRIO (Nelson Garcia) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

19 (dezenove) Senhores Deputados responderam a chamada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não há número de quórum suficiente para aprovação das matérias, só para prosseguimento da sessão.

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 287/96 de autoria do Deputado Antonio Belinati que declara de Utilidade Pública o JOVUM - Jovens com uma missão de Curitiba, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a Discussão.**

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 303/96 de autoria do Deputado Walmor Trentini que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Flauzina Dias Viegas - Ensino de 1° Grau, com sede e foro no Município de Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a Discussão.**

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 308/96 de autoria do Deputado José Maria Ferreira que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Conselheiro Carrão de Assaí, com sede e foro no Município de Assaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a Discussão.**

ITEM 05

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 309/96 de autoria do Deputado José Maria Ferreira que declara de Utilidade Pública a Câmara de Comércio e Indústria Brasil - Chile, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a Discussão.**

ITEM 06

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 311/96 de autoria do Deputado Irineu Colombo que declara de Utilidade Pública a Associação Cascavelense de Deficientes Visuais - ACADEVI, com sede e foro no Município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a Discussão.**

ITEM 07

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 315/96 de autoria do Deputado César Selme que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Jardim Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a Discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 20, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 286, 287, 303, 308, 309, 311 e 315/96.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 377/96.

Levanta-se a sessão.